



thij
tourism and hospitality
international journal

THIJOURNAL.ISCE.PT



Instituto Superior
de Lisboa e Vale do Tejo



Departamento
Turismo@ISCE

ISSN: 2183-0800

VOLUME 16 | NÚMERO 1 | MARÇO 2021 [26ª. EDIÇÃO]
VOLUME 16 | NUMBER 1 | MARCH 2021 [26TH EDITION]
VOLUMEN 16 | NÚMERO 1 | MARZO 2021 [26ª EDICIÓN]

A Ilha do Bom Jesus (Rio de Janeiro): Patrimônio histórico e espaço de memória

Ana Beatriz Ramos de Souza

Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro | Rede Internacional HERMES -
Pesquisadores internacionais de fronteiras, integração e conflitos

Antônio Ferreira Sobrinho

Instituto de Geografia e História Militar do Brasil | Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do
Exército

Maristela da Silva Ferreira

Instituto de Geografia e História Militar do Brasil | Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do
Exército

Souza, A. B. R. de, Sobrinho, A. F. & Ferreira, M. da S. (2021). A Ilha do Bom Jesus (Rio de Janeiro): Patrimônio histórico e espaço de memória. *Tourism and Hospitality International Journal*, 16(1), 95-119.

Resumo

A Ilha do Bom Jesus situada no interior da Baía da Guanabara (RJ) possui um rico patrimônio histórico que perpassa diferentes momentos da história do Brasil. Este trabalho busca ressaltar a importância desse espaço para a construção da memória e da identidade nacional, tendo como base de análise para as conclusões, os projetos de pesquisa: “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil” e “Memória, patrimônio e meio ambiente, no contexto do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus”, desenvolvidos pelo Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), nos anos de 2019/2020, que buscaram, a partir da pesquisa sobre o asilo de inválidos da pátria e o museu militar, que ali foram situados, ressaltar a importância do local como um patrimônio histórico a ser preservado, mas que igualmente serviria como espaço para articulação de saberes diferenciados, materiais e imateriais, na área da educação patrimonial e da educação ambiental.

Palavras-chave

Patrimônio histórico, Educação patrimonial, Memória, História

Abstract

The Bom Jesus Island, located in the interior of Guanabara Bay (RJ), has a rich historical heritage that permeates different moments in the history of Brazil. This work seeks to highlight the importance of this space for the construction of memory and national identity, based on the analysis of the conclusions, the research projects: “Preservation of the memory of the Asylum of the Invalides of the Fatherland (AIP) and the historic site of Ilha do Bom Jesus: a tribute to the heroes and martyrs of Brazil ”and“ Memory, heritage and environment, in the context of the historical site of Ilha do Bom Jesus ”developed by the Center for Studies and Research on Military History of the Army (CEPHiMEx), in the years 2019/2020, which sought, based on the research on the asylum for the homeless and the military museum, which were located there, to emphasize the importance of the place as a historical heritage to be preserved, but which would also serve as a space for the articulation of differentiated, material and immaterial knowledge, in the area of heritage education and environmental education.

Keywords

Historical heritage, Heritage education, Memory, History

Introdução

A ideia de construção da memória coletiva, no caso da Guerra da Tríplice Aliança, se confunde com a própria ideia de construção da identidade nacional. Segundo Ricardo Salles, a guerra “mobilizou recursos humanos e materiais em larga escala das sociedades nela envolvidas, estendendo-se a todos os setores da população, e não apenas àqueles diretamente envolvidos no esforço de guerra”, estabelecendo o conceito de guerra total e nacional (Salles, 2010, pp. 125-126). Diversos autores confirmam que a eclosão do conflito provocou um entusiasmo inicial e atos de patriotismo, devido à invasão do Mato Grosso sem uma declaração prévia de guerra, o que iria se tornar no principal motivo de alistamento de voluntários da pátria.¹

Para Pinto,

A memória ligada à noção de testemunho, descrita a partir de um evento catastrófico será sempre parcial, pois nunca dará conta da experiência do sobrevivente, memória do trauma. Ela está no limiar entre lembrar e esquecer, lembrar o evento crucial para uma comunidade/humanidade, esquecer o trauma, as cicatrizes. A partir da memória traumática, abrem-se caminhos para estruturação de museus que poderiam transformar narrativas nacionais em narrativas de famílias, com apelo a um grande público de várias nacionalidades (Pinto, 2015, pp. 94-95).

O fim da Guerra contra o Paraguai poderia, então, representar uma reconstrução da identidade nacional, pautada agora em um evento coletivo que atualizaria a noção de unidade por meio de memória partilhada do conflito – uma memória coletiva, visto que inúmeras pessoas viveram e conviveram nos campos de guerra e se tornariam os artífices dessa nova história nacional. O conceito de memória coletiva, para Maurice Halbwachs, não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo (Halbwachs, 1950). No entanto, para Paul Ricoeur, a noção da memória coletiva, apesar de suas dificuldades epistemológicas, é um elemento fundamental na compreensão do fenômeno da memória. (Ricoeur, 1996, p. 11). De fato, como demonstra Halbwachs, “nossas lembranças se fortalecem graças às narrativas coletivas que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcaram a história coletiva” (Silva, 2002, p. 429). Paul Ricoeur estabelece uma distinção entre “rememoração”, parte de um processo de elaboração individual, e comemoração, trabalho de construção de uma memória coletiva (Silva, 2002).

A partir dessas premissas, pensar a Ilha do Bom Jesus como um lugar destinado a preservar a memória da guerra, nos parece pertinente para entender a construção e apagamento dessa memória coletiva acerca daqueles que retornaram. Este artigo tem

¹ Entre os diversos autores podemos destacar: Vitor Izecksohn. “Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay (org.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2004, p. 188; Francisco Doratioto. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 264; Paulo de Queiróz Duarte. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, volume 2 tomo I, p. 2; entre outros.

como objetivo entender essa construção e propor, a partir dos resultados obtidos no projeto de pesquisa “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil”, um roteiro de turismo histórico, bem como aproveitar o espaço para iniciar um trabalho de educação patrimonial, a fim de ressaltar a importância do patrimônio histórico nacional.

A Ilha do Bom Jesus, hoje incorporada ao Arquipélago do Fundão, situado na Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, foi doada à congregação dos padres franciscanos, em 1704, e por isso era também conhecida como Ilha dos Frades. O hospício e a Igreja do Bom Jesus da Coluna tiveram suas obras iniciadas em 1705. Durante a permanência de Dom João VI no Brasil, o local foi muito prestigiado, e palco para as festas consagradas a São Francisco de Assis, porém, sua posição de destaque foi perdida, entrando em declínio. No período de 1823 a 1850, as dependências do convento foram utilizadas para isolamento dos portadores de diversas moléstias, tais como os lázaros e os doentes com vários tipos de febres e cólera. Na ilha existem dois importantes patrimônios históricos interessantes para a dinâmica do entendimento relativo à memória da Guerra da Tríplice Aliança: O Asilo de Inválidos da Pátria (AIP) e o Museu Militar, ambos construídos, ainda, no decorrer daquele acontecimento histórico. Valorizar esse patrimônio e torná-lo acessível à visitação e estudos, a partir do uso da educação patrimonial e da educação ambiental, pode nos revelar facetas dessa memória que poderiam estar até então escondidas.

Nesse sentido, dois autores embasam o nosso olhar sobre o patrimônio e educação patrimonial. Nestor Garcia Canclini define o patrimônio cultural como um conjunto que considera toda a cultura, não somente os monumentos históricos, mas a experiência de vida, tradições e modos de uso, também seriam considerados para compor a definição (Canclini, 1994, p. 99). Mário Chagas complementa essa visão quando afirma que patrimônio é

Um conjunto determinado de bens tangíveis, intangíveis e naturais envolvendo saberes e práticas sociais, a que se atribui determinados valores e desejos de partilha (perspectiva sincrônica) entre contemporâneos e de transmissão (perspectiva diacrônica) de uma geração para a outra geração (Chagas, 2002, p. 39).

Ou seja, o patrimônio se constitui enquanto tal se houver relação com a experiência além da sua transmissão para as gerações vindouras, caso contrário, ele não estabelece essa ligação e dificilmente será reconhecido como tal. A Ilha do Bom Jesus, com o asilo dos inválidos da pátria e o museu militar, poderiam facilmente se encaixar nesse conceito, visto que conjugam exatamente o aspecto de monumento e a experiência de vida e tradições daqueles que habitaram e que hoje habitam o espaço.

O primeiro passo para iniciar um trabalho de educação patrimonial é ter em mente o tipo de patrimônio que está sendo trabalhado e quem ele representa, a fim de se estabelecer os parâmetros necessários para uma ação educativa eficaz, sendo necessária entendê-la como uma prática para a cidadania e, desta forma, compreendendo-a como uma possibilidade de garantia de acesso aos conhecimentos produzidos historicamente

pela sociedade.

Não se pode esquecer, que a ação educativa deve ser analisada a partir da perspectiva do visitante, pois, as respostas à experiência vivida com o património são diferenciadas, visto que cada visitante as constrói usando estratégias interpretativas, de forma pessoal, que geralmente estão associadas ao modelo de ideias, nas quais se baseia as suas interpretações de experiência do mundo.

O visitante é ativo, interpreta e constrói significados a partir daquilo que observa. Desta forma, a apreensão do conteúdo para ter algum significado precisa fazer sentido para o visitante, e, no caso do espaço da Ilha do Bom Jesus, esse conhecimento deveria vir consubstanciado de relatos históricos e de experiências humanas, constituídas a partir da resignificação, que façam sentido para o visitante, a fim de que ele compreenda o processo histórico e se sinta parte dele. Essa construção de significados oportuniza a transferência do património histórico para a dimensão do entendimento do presente e, assim transforma sua relação com o visitante, que passa de mero expectador a agente amplificador da proposta para a sociedade em geral.

Os conteúdos da memória podem ser ensinados e apreendidos, enquanto a recordação é individual e não pode ser ensinada. Ao se referir à memória dos mortos, Aleida Assmann trabalha com noções que muito interessam, pois ela afirma que o

Culto à memória dos mortos faz parte da memória cultural, e esta vai se modificando ao longo dos séculos, e a fama, vista como imortalidade, ou seja, o fato de não ser esquecido, é obtida pelo registro dos feitos dos grandes homens, seja por poemas ou monumentos comemorativos às grandes batalhas para soldados que lutaram na esperança da “imortalidade” (Assmann, 2011, pp. 42-43).

Existe ainda a ideia de recipientes de memória, onde a mesma se parece com uma arca, ou seja, um espaço onde se guardam as recordações, onde possam ser evocados (Assmann, 2011, pp. 130-133). Nesse sentido, existem dois modos de recordação: a memória funcional (memória coletiva), que assegura a identidade do grupo, sendo seletiva, ligando passado, presente e futuro e se vinculando a um portador, ela pode ser alterada e usada de diversas formas, tais como, legitimação e a deslegitimação (sua confirmação ou anulação servem a propósitos políticos) e a distinção, que compreende os meios alegóricos de expressão da identidade coletiva; e a memória cumulativa (ou histórica) que separa completamente passado, presente e futuro e não depende de um portador específico, além de não ser seletiva, onde tudo é importante, bem como, ela não é natural necessitando de instituições para preservá-la (Assmann, 2011, pp. 143-145). Os dois tipos de memória se completam.

No caso dos eventos traumáticos, como uma guerra por exemplo, não se pode recorrer à retórica nem à ficção tradicionais, pois são acontecimentos inenarráveis, então os autores-testemunhas, utilizam outras estratégias como colagens e ficções, e os locais são importantes para a fixação dos eventos (Idem, pp. 281, 348-349). Existem os locais honoríficos, onde, em algum momento, houve uma história e hoje só restam ruínas, se houver, remetendo a um processo de recordação (Assmann, 2011, pp. 358-359).

O Asilo de Inválidos da Pátria (AIP)

A construção de um asilo que pudesse abrigar militares inválidos em combate já era uma ideia recorrente desde o Brasil Colônia. A primeira iniciativa foi logo com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. O decreto de 24 de junho de 1810 criou um corpo de inválidos para a guarda de presos, onde deveriam ser respeitadas algumas exigências: ter servido por pelo menos 20 anos com boa conduta e não estar mais em condições de prestar seus serviços em um regimento, estando ainda eles submetidos às ordens do comandante do calabouço e do comandante dos guardas de polícia (Brasil 1891). Em 1815, por decreto, criou-se na Corte uma nova unidade denominada *corpo de veteranos*, substituindo o anterior *corpo de inválidos*. Os membros do corpo de veteranos recebiam soldo e possuíam farda, poderiam ingressar oficiais, inferiores e soldados dos regimentos de infantaria e cavalaria, artilharia e do corpo da guarda real de polícia que não estivessem em condições de serem reformados por tempo de serviço, mas que ainda fosse capazes de serviços menos ativos, podendo ser empregados em diferentes destacamentos em fortalezas e guarda de presos (Brasil, 1891). Esse corpo foi extinto em 1831 pelo decreto de nove de dezembro, e seu efetivo distribuído em outras unidades do exército (Brasil, 1831).

Foi somente em 1840, que se criou efetivamente na Corte e em algumas Províncias, um asilo para praças de pret que estivessem em circunstâncias de serem reformadas. Em 1841, pelo decreto 244 de 30 de novembro, foi autorizado a criação de um *asilo de inválidos* nas imediações da Corte, podendo fazer parte dele os militares que

[...] do exército que por ferimentos ou moléstias adquiridas em consequência dos trabalhos e fadigas do serviço se acharem inabilitados para continuar a servir e proverem por outros meios o seu necessário sustento.

Art.3º. Os oficiais que no mesmo asilo forem admitidos vencerão soldo correspondente às suas patentes. As praças de pret serão abonadas de soldo, etapa e fardamento, pagando-se tudo a dinheiro (Brasil, 1864).

Esse asilo existiu na Fortaleza de São João e funcionou precariamente e com pouca importância até pelo menos 1865 quando, pela emergência da guerra, percebeu-se que não havia condições dele suportar a demanda, além disso, a Corte era assolada por diversas epidemias e de todos os cantos do país chegavam homens para compor as tropas. Era necessário agir. Passaram a desembarcar na Corte doentes, feridos e mutilados que, de acordo com os pronunciamentos e decretos do início do conflito, deveriam ser amparados pelo governo. Mas quem eram esses inválidos? Marcelo Gomes, em tese sobre o AIP, recorreu a um dicionário de 1858 para exemplificar o que se entendia na época por *inválido*. Pelo dicionário elaborado por Antônio de Moraes Filho, inválido seria definido como “fraco, enfermo, que não pode servir por doença ou velhice”; durante a guerra, segundo Marcelo, o termo fora alterado para “inválido da pátria” a fim de fornecer um caráter mais “maternal” (Gomes, 2007). No decreto de criação do AIP, consta

Inválido da pátria poderia ser o militar ferido gravemente e sem condições de pleno reestabelecimento físico, o mutilado em campanha em decorrência de ferimentos e da cirurgia de então, que não possuía outros recursos, senão apelar para a amputação. Poderia ser o doente crônico, sendo a moléstia adquirida no serviço do dia-a-dia, em condições adversas no quartel, em um navio ou em operações em que o exército ou marinha se envolviam. Poderia ser o militar já idoso, reformado, sem condições de adquirir seu próprio sustento ou que não teria alguém para mantê-lo (Gomes, 2007, pp. 49-50).

A Ilha do Bom Jesus pareceu então um lugar ideal para receber esses homens. Já era habitada por religiosos e civis há mais de um século. Em março de 1865, alguns destacamentos do exército ficaram aquartelados nela, aguardando o encaminhamento para o teatro de operações. O diretor do arsenal de guerra ficou incumbido de providenciar para que o vapor *Santa Isabel* fizesse todos os dias uma viagem à Ilha do Bom Jesus, a fim de levar material para os que lá estivessem alojados, substituindo caso ele não estivesse disponível (Ministério da Guerra, 1865). No relatório do Ministro da Guerra de 1867, existe uma explicação do motivo para a escolha da Ilha. Sobre a emergência de se construir um asilo para os inválidos afirma que:

É geralmente reconhecida a necessidade de um asilo, onde achem abrigo da miséria e da mendicidade os defensores da pátria, que por ela derramarão o seu sangue, e invalidaram-se. [...] Hoje, que a nação se levantou para desafrontar a injúria atroz traiçoeiramente a ela irrogada, e que de todos os ângulos do Império viu seus filhos correrem pressurosos com sacrifícios de suas comodidades, do seu bem estar e de sua própria vida, devemos todos, guiados pelos sentimentos de reconhecimento, interessar-nos pela sorte dos que se inutilizam na defesa de tão nobre causa, e se impossibilito de adquirir os meios de sua subsistência. É uma dívida de honra pelo país contraída; cumpre satisfazê-la. [...] Por toda a parte se manifestou o interesse pelos bravos feridos e inutilizados em combates; a praça do comércio do Rio de Janeiro, que nas conjunturas difíceis é sempre a primeira a patentear seu amor pátrio, reuniu-se e resolveu coadjuvar o governo, não só com meios pecuniários, senão também com os serviços ao alcance de seus membros; e, possuída do filantrópico desejo de ser útil aos Brasileiros invalidados no serviço das armas, deliberou no dia 25 de Fevereiro de 1865 a criação de um asilo de inválidos. Foi geralmente abraçada a Idea; nacionais e estrangeiros, todos têm concorrido cora seu óbolo para a fundação de tão patriótica quanto piedosa instituição: uma sociedade organizou-se com o título de — Asilo de inválidos da pátria—, tendo por sede a capital do Império, e por fim auxiliar o governo imperial na fundação e custeio de um tão importante estabelecimento. [...] A localidade que, segundo a opinião de profissionais, melhores condições reúne para se estabelecer o asilo, é a ilha do Bom Jesus, situada na baía desta capital. Pela sua posição é ela abrigada dos miasmas paludosos, e convenientemente refrescada pelos ventos gerais; isolados do

resto da população, seus moradores encontram facilidade de se transportarem para a cidade, ou desta regressarem para a mesma ilha. Com a extensão suficiente para um estabelecimento, como deve ser o asilo de inválidos, por toda a parte oferece a ilha do Bom Jesus excelentes banhos de mar, presta-se perfeitamente não só ao plantio de arvoredos, formando lindas alamedas, senão como à cultura dos vegetais próprios das hortas e jardins; ao passo que favorece o entretenimento da pesca. [...]E mui breve será inaugurado o asilo de inválidos da pátria naquela localidade (Brasil, 1867).

Do documento podemos depreender pontos interessantes. O primeiro deles é a ênfase na questão nacional e na formação do patriotismo; em segundo lugar, a menção que faz ao “auxílio” preconizado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, e neste ponto vale apenas se deter um pouco. Logo que iniciada a guerra, a Associação Comercial do Rio de Janeiro abriu uma subscrição pública para angariar fundos para a construção e manutenção do asilo. Foi criada então a “Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria”, com estatuto próprio, em decreto de 15 de dezembro de 1867 e tendo sido nomeado para o conselho o presidente da Associação comercial, José Joaquim de Lima e Silva, irmão do Duque de Caxias e futuro Visconde de Tocantins, a fim de angariar fundos para o Asilo. Em todo o Império abriu-se subscrições públicas para arrecadação de dinheiro, pois, apesar de contribuir com avultada quantia, o governo imperial alegava não possuir fundos para gerir sozinho esta despesa. Além da construção e manutenção do asilo, a Associação Comercial ficaria também responsável pelas pensões às mães, viúvas e filhas dos militares mortos ou impossibilitados do serviço em combate (Estatuto da Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria, 1867).

Além da subscrição a Sociedade promoveu espetáculos no Real Gabinete Português de Leitura para angariar fundos. Mas não era suficiente. O ano de 1867 foi extremamente penoso para a praça de comércio, principalmente com o evento chamado de “quebra do Souto” (Guimarães, 2007).² Por esse motivo podemos ver nos jornais diversas manifestações de populares e organizações a fim de arrecadar fundos para o asilo. Diversos bazares, patrocinados pelas senhoras, ocorreram na Corte, mas um deles chamou bastante atenção quando da leitura, pois, segundo o jornal *Diário do Rio de Janeiro*, contaria com a “ilustre presença” de Jovita Feitosa (*Diário do Rio de Janeiro*, 1865).³ Nestes termos, acredita-se, que estava acontecendo um deboche com relação a presença dela devido a toda sua história, mas que fora noticiada nos jornais, provavelmente, por solicitação das senhoras.

Além dos bazares, foram promovidos passeios de barco pela baía da Guanabara em

² A crise comercial e bancária de 1864, conhecida como a Crise do Souto, nome esse relacionado com a bancarrota da Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia, constituiu-se no ápice de uma situação de crise, que vivia a Praça Comercial do Rio de Janeiro desde 1860. Como é de conhecimento da historiografia econômica brasileira, tal crise estava relacionada com a política de contração monetária e creditícia efetuada pelo governo imperial desde a promulgação da Lei n.º 1.083, de 22/08/1860, conhecida como a Lei dos Entraves.

³ Jovita Feitosa nasceu na localidade de Brejo Seco, região dos Inhamuns, no Ceará, em 1848. Aos 12 anos, ficou órfã de mãe e foi morar com um tio, no Piauí. Fugiu aos 17 anos para Teresina, com o propósito de ir à guerra do Paraguai, e para driblar a proibição, ela resolveu criar um disfarce, cortando o cabelo e usando chapéu. O disfarce de Jovita foi descoberto antes mesmo que ela fosse à batalha. No entanto, representando um incentivo à luta, ela ainda seguiu com um dos batalhões para o Rio de Janeiro. Em novembro de 1865, o ministro da guerra expediu ofício impedindo que ela fosse à guerra. FARIAS, José Airton de. *História da Sociedade Cearense*. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

direção a Paquetá, concertos e bailes musicais, sendo o mais famoso o promovido por Gottschalk.⁴ Em três de maio de 1869, Gottschalk chega ao Rio de Janeiro, fazendo grandes amizades, principalmente com Henrique Fleiuss, que lhe deu grande cobertura no jornal *A Semana Ilustrada*. O asilo recebeu de Gottschalk uma homenagem em seu concerto de 21 de novembro de 1869, merecendo até mesmo a primeira página do jornal “A Semana Ilustrada”. O Rio vivia o entusiasmo cívico do fim próximo da guerra e, segundo José Murilo de Carvalho, Gottschalk soube aproveitar-se disso (Carvalho, 1998, p. 397).

Estreou em três de junho no Teatro Lírico Fluminense, localizado na antiga Praça da Aclamação. Angelo Agostini observou que a sala estava cheia como um ovo. [...] O êxito foi estrondoso e repetiu-se nos concertos dos dias 6 e 15 de junho. [...] No concerto do dia 18, o pianista executou pela primeira vez suas *Variações sobre o Hino Nacional Brasileiro*, que a partir daí foram exigidas pelo público em todas as apresentações. [...] Gottschalk foi pego pela febre amarela que o fez delirar durante quatro dias. [...] Conseguiu salvá-lo o dr. Severiano Martins. Depois de breve passagem por São Paulo e Santos, voltou ao Rio e retomou os concertos em setembro. [...] Encorajado pelo êxito [...] planejou um concerto monstro, algo jamais visto na cidade. O imperador colocou as bandas militares a sua disposição. [...] O concerto foi dia 24 de novembro no Teatro lírico, naturalmente repleto. Uma multidão se comprimia nas ruas adjacentes na expectativa de ouvir alguma coisa. [...] Tal foi o êxito que o pianista planejou outra exibição para o dia 27. Mas tinha chegado ao limite das forças. No dia 25, ao tentar executar *Morta* nos salões da *Sociedade Filarmônica Fluminense*, teve um desmaio. A 26, teatro cheio, plateia ansiosa, não conseguiu sair dos bastidores, contorcendo-se em cólicas. [...] Morreu a 18 de dezembro no Hotel Bennet, na Tijuca (Carvalho, 1998, pp. 397-398).

Voltando ao asilo, o que sabemos sobre sua instalação e construção devemos ao seu primeiro capelão Manoel da Costa Honorato, que publicou o livro “Descrição topográfica da Ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria” em 1869, financiado por ele mesmo.⁵ A partir dessa descrição, podemos contextualizar as questões referentes ao asilo, mas outro documento é de grande importância: bilhetes escritos pelo imperador, sobre assuntos relativos ao asilo e à ilha, para diversas

⁴ Nascido em Nova Orleans em 1829, de pai inglês educado na Alemanha e mãe pertencente à família de nobres franceses, praticamente dizimada durante a revolta haitiana, passou a infância sob a influência da cultura europeia do pai, das histórias da avó sobre o Haiti e da música negra de Nova Orleans. Aos treze anos foi enviado a Paris a fim de se aperfeiçoar no piano, ficando por onze anos por lá estudando. Voltou aos estados Unidos em 1853, e em 1857 estava em Havana onde começou a redigir um diário com o título de *Notas de um pianista*, onde é possível perceber o caminho por ele percorrido. Por cinco anos percorreu vários países do Caribe, compondo, dando aulas e fazendo concertos; entre 1862 e 1865 percorreu o Canadá e estados Unidos. Após breve passagem por São Francisco – e um grande escândalo amoroso – resolveu Gottschalk percorrer os países da América do Sul. Em seu diário anotava os acontecimentos políticos, as guerras, as revoltas, a corrupção, passando pelo Peru, Chile, Argentina, Uruguai e, finalmente, o Brasil.

⁵ Em novembro de 2019, a editora do Exército Brasileiro (BIBLIEX), em parceria com a Biblioteca Nacional, publicou uma edição facsimilar da obra “Descrição topográfica da ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria”, de 1869, no contexto do projeto de pesquisa conduzido pelo Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHIMEx), setor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx). A edição da BIBLIEX supre uma necessidade central de fontes de pesquisa nessa temática, visto que somente 4 exemplares originais desse livro foram encontrados.

autoridades, que estão disponíveis no Arquivo Imperial de Petrópolis. D. Pedro II visitava constantemente as obras. A cada detalhe por ele percebido, era imediatamente transformado em bilhete para o responsável. Essa imagem de “protetor e zeloso” será constante nesse momento e podemos dizer que faz parte do arcabouço simbólico da monarquia.

A obra passou por vários problemas, e a Sociedade que angariava fundo em pouco ou nada contribuiu com as obras ficando a cargo do governo e da subvenção do imperador. A data escolhida para sua inauguração era simbólica: dia 29 de julho de 1868, pois dia 29 de julho era comemorado o aniversário da princesa Isabel, herdeira do trono. Nada mais propício do que associar a ela um símbolo do que poderia ser considerada uma lembrança da civilização, a qual seu reinado deveria estar relacionado. Sobre a inauguração vamos recorrer ao livro de Honorato. Segundo os jornais, cerca de três mil pessoas estiveram presentes na inauguração do AIP, dentre eles vários corpos militares convocados e outra avultada quantidade de pessoas que desembarcaram na ilha. A família imperial compareceu em peso, acompanhada de seus ministros, do corpo diplomático estabelecido na Corte, bem como os comandantes dos navios estrangeiros fundeados na baía da Guanabara. Após o desembarque da galeota imperial, o próprio imperador fez questão de auxiliar no desembarque dos inválidos que estiveram presentes (Honorato, 1869, p. 25).

Em uma gravura presente no jornal “Vida Fluminense”, e citada por Ricardo Salles no livro “Guerra do Paraguai: memórias e imagens” percebemos claramente as dificuldades de quem chegava à ilha, o que demonstrava as obras ainda inacabadas (Salles, 2003, p. 196). Nesta mesma imagem, uma situação no mínimo engraçada: a falta de lanches fez com que o coronel Lázaro José Gonçalves montasse uma barraquinha de quitutes e aperitivos, mas que por lá só recebia seus convidados. O evento foi noticiado no “Diário do Rio de Janeiro”, que fez um agradecimento especial a ele por terem conseguido algo para comer. Neste dia fora colocada uma placa em mármore no hall de entrada do Pavilhão 1 (o único a estar pronto), que ainda existe no mesmo local, que marca efetivamente o evento para as futuras gerações, com os seguintes dizeres: “No reinado de D. Pedro II. Sendo Ministro da Guerra o Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, erigiu-se este edifício em 1868”.

Após sua inauguração, o asilo ficou disponível para a visitação pública, enquanto as obras ainda eram executadas. O Asilo só passou a receber os inválidos a partir de outubro. Em ofício ao Ministro da Guerra, é relatada a visitação de cerca de 798 pessoas no mês de agosto. A estrutura física do asilo foi descrita por Honorato que, de antemão, advertiu ao leitor de que não encontraria “suntuosidades de grandes e majestosos palácios, nem o mármore em relevo a cada canto, nem ricas e colossais colunas” como era o seu “primo” francês (Honorato, 1869, p. 31). E segue afirmando que o “homem que havia se sacrificado pela pátria não exigia isso, mas desejava unicamente a simplicidade, a singeleza, gostava do asseio, e abominava tudo quanto pudesse afogar a vaidade” (Honorato, 1869, p. 31). Em referência a atuação do monarca, Honorato descreve os prédios afirmando que ele era “tão singelo quando pudessem ser os bons

sentimentos daqueles que os fizeram fundar” (Honorato, 1869, p. 31).

Ele inicia a descrição dos espaços físicos a partir do cais de desembarque, em frente aos pavilhões da administração e do Museu Militar. Os prédios situados atrás do desembarque eram de pedra, com duas escadas, sendo uma de cada lado; dos dois edifícios (ou pavilhões) um está situado à direita e o outro à esquerda do desembarque; ambos possuem numerosas janelas, na frente e atrás para a circulação do ar; o que está à frente do morro onde se localiza a igreja do Bom Jesus da Coluna, tem dois pavimentos, dos quais o superior era destinado ao Museu Militar e o inferior às oficinas, que foram sendo implantadas com o passar do tempo e foram alteradas as funções – a princípio era de alfaiates, substituída em 1872 pela de escola de “primeiras letras”, e em outubro do mesmo ano por uma de sapateiro, podendo o asilado usufruir dos “lucros” que lhes garantia o regulamento.

O segundo edifício, apesar de ser simétrico ao primeiro, mantinha algumas diferenças quanto às subdivisões internas e ao fundo. No térreo ficava o corpo da guarda, e à esquerda um compartimento que servia para depósito de vários objetos, onde, por exemplo, eram colocadas em seus cabides as armas que serviam à guarda diária. A ligação entre os dois pavimentos era (como ainda é hoje) feita por uma espaçosa escada, com corrimãos e balaústres envernizados, onde em seu patamar vê-se gravada a placa em mármore que saúda a inauguração (Honorato, 1869, p. 31). Atrás do prédio existia ainda um jardim e próximo a ele estava a lavanderia, e à distância de 23 palmos dela, um pequeno e elegante edifício em forma de chalet onde estava instalado o gasômetro que fornecia gás, extraído do petróleo, para a iluminação da ilha (prédio este que mereceu vários bilhetes do imperador que não achava adequada sua instalação e a proximidade com os outros prédios).

Do desembarque parte a ladeira que dá subida ao segundo morro, formando um zigue-zague em sua extensão, cercado de um muralha que serve de parapeito, e colocado um sistema de paralelepípedos com lampiões à gás; em cima do morro existia um prédio que abrigava o refeitório com grandes varanda à frente; o primeiro pavimento era destinado ao refeitório dos soldados, o segundo para recreio dos mesmos, e o terceiro para a habitação do comandante do asilo (Honorato, 1869, p. 31). O grande número de alojados em 1869, segundo Honorato, não permitia que esse prédio funcionasse da maneira prevista, servindo o segundo e terceiro andares para alojamento das companhias.

Na frente do chalet, havia uma placa de mármore com a inscrição “D. Pedro II, Imperador do Brasil e perpétuo defensor, mandou erigir este asilo para os bravos que ficaram inutilizados na defesa da pátria, 1868”; em outra pedra de mármore, à direita, estavam gravados emblemas marciais, onde se lia a data da inauguração oficial do asilo, e em simetria via-se à esquerda da pedra, ainda em branco, que serviria para marcar a data da conclusão da guerra; sobre a sacada do segundo pavimento encontravam-se três escudos, igualmente em mármore, com as seguintes inscrições: ao centro – Marquês de Caxias; à direita – General Polidoro; e à esquerda – Visconde de Herval; sobre o terceiro pavimento, outras três placas de mármore, em forma de escudos, com as

seguintes Inscrições: ao centro – Conde de Porto Alegre; à direita – Barão do Triunfo; à esquerda – General Argolo (Honorato, 1869, p. 31). A colocação e escolha dos locais de inserção das placas já nos dizem muito sobre as escolhas dos símbolos nacionais relativos à guerra e a construção dos heróis que o Império escolheria ao final da campanha. Possivelmente com o advento da República, elas foram retiradas e a única que restou, a relativa à inauguração do asilo logo no hall de entrada, recebeu as armas da República, com um barrete frígio logo acima. Por sinal, no hall de entrada do pavilhão 2, fora colocada no ano de 1911 uma placa alusiva a construção, mas que marcava a atuação da República nesse processo:

Asylo de inválidos da Pátria. No reinado de D. Pedro II, sendo ministro da Guerra o Conselheiro de Estado, Barão de Muritiba, foi construído esse edifício em 1869 e reconstruído em 1911, sendo Presidente da República o Exm. Snr. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Ministro da Guerra o Exm. Snr. General de Divisão Emygdio Dantas Barreto.

Tal como o *Hotel des invalides* de Paris, o Asilo de Inválidos da Pátria também receberia os corpos dos seus grandes heróis. Era necessário, conforme o “modelo francês”, que tivesse um panteão, faltava-lhe, portanto um cadáver, de preferência que tivesse tido uma morte gloriosa e que tivesse alguma relação com a guerra. Foram dois. Em proporções menores e por pouco tempo. Mesmo assim, dois oficiais, símbolos da guerra, tiveram seus restos mortais lá depositados com toda a pompa: o Brigadeiro Antônio Sampaio e o General Osório.

No livro do General Paulo de Queiróz Duarte, *Sampaio* (1988), podemos ver a descrição não somente de sua vida e carreira, mas também de todo o cerimonial disposto em sua homenagem na Ilha do Bom Jesus. Sampaio havia sido ferido em 24 de maio de 1866, na batalha de Tuiuti, recebendo três ferimentos: o primeiro, por granada, gangrenou-lhe a coxa direita; os outros dois foram nas costas. Em estado muito grave, foi levado ao hospital de Corrientes onde permaneceu por pouco mais de um mês entre a vida e a morte, pois os médicos não conseguiram retirar todos os fragmentos dos projetis que estavam em seu corpo. Atendendo ao seu pedido, os médicos decidiram transferi-lo para o hospital brasileiro aberto em Buenos Aires, que possuía melhores condições de tratamento. Sampaio foi então embarcado em Corrientes no vapor Eponina, aonde veio a falecer em 6 de julho de 1866, antes mesmo de desembarcar em Buenos Aires (Duarte, 1988, p. 284).

Chegando a Buenos Aires, o corpo foi levado para o Hospital Militar ali existente, e por ordem do governo brasileiro foi embalsamado. No domingo, 8 de julho, às duas horas da tarde, foi sepultado sendo seu caixão recebido por uma guarda de honra argentina, prestando-lhe as honras fúnebres militares, enquanto ouvia-se à distância as salvas de artilharia, disparadas pela corveta Niterói. Sobre a urna funerária, que era de madeira mogno e dentro tinha um caixão de zinco, estavam as bandeiras dos países da Tríplice Aliança: Brasil, Uruguai e Argentina; e sobre o ataúde foram depositadas as insígnias e as condecorações recebidas por Sampaio (Duarte, 1988, pp. 284-285). Diante da comoção inclusive nos jornais, não foi difícil a escolha de Sampaio para

“inaugurar” o “panteão de heróis” na ilha.

Em dezembro de 1869 ficou decidido então que os restos mortais do General Sampaio seriam trasladados de Buenos Aires para o Asilo. No conjunto documental do Arsenal de Guerra, podemos encontrar os ofícios, as ordens do dia, bem como as diversas instruções para o evento (Arsenal de Guerra, 1869). Em 16 de dezembro é publicado o “Programa do saimento e depósito do cadáver do General Antônio de Sampaio na Capela do Asilo de Inválidos da Pátria”. Toda a pompa foi preparada: a capela deveria ser ornada de preto; efetivos militares deveriam estar a postos no arsenal para as salvas correspondentes; os inválidos deveriam formar alas desde o cais de desembarque até a capela a fim de receber o corpo, seguindo, após a chegada o féretro, na retaguarda, fechando o acompanhamento; as autoridades se alternariam para carregar o caixão. A capela deveria igualmente ser preparada e os ofícios do arsenal falam inclusive na disposição dos padres, a músicas e as velas. O Barão de Muritiba, em aviso de 14 de dezembro de 1869, fixa a data para a cerimônia, marcada então para 20 de dezembro. E assim ocorreu.

Em 1871, o presidente da Província do Ceará, criou uma subscrição destina à construção de um mausoléu para receber os restos mortais de Sampaio. Desta forma, em 16 de novembro de daquele ano, às 6 horas da manhã, os restos mortais de Sampaio foram retirados da ilha do Bom Jesus e encaminhados ao Ceará, sendo depositado na Catedral enquanto se concluía no Cemitério de São João Batista seu mausoléu, que ficou pronto e recebeu Sampaio em 25 de outubro de 1873, permanecendo até hoje no local.

Outro vulto militar e da guerra da Tríplice Aliança que teve seus restos mortais depositados na ilha foi o General Osorio. Na mesma noite de sua morte, em 4 de outubro de 1879, seu corpo foi embalsamado a fim de ser trasladado para o Rio Grande do Sul, sendo depositado na manhã seguinte em um caixão de chumbo, colocado dentro de outro caixão de raiz de nogueira. Uma comissão de parlamentares da Câmara dos Deputados foi designada para acompanhar o corpo. Mas a família decidiu manter seus restos mortais no Rio de Janeiro. Na manhã de 6 de outubro, o corpo de Osorio seguiu para a igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, onde houve ato religioso e foram prestadas honras militares, sendo levado em seguida para a capela do Arsenal de Guerra, em meio a homenagens de populares e oficiais, ficando em capela-ardente até 16 de novembro. Acredita-se que foi exatamente neste período que a família decidiu pela manutenção de seu corpo na Corte e optando por depositá-lo na capela do Asilo dos Inválidos da Pátria. No cortejo até o Asilo, esteve presente D. Pedro II, que inclusive teria ajudado a carregar o caixão, quando pelo cerimonial oficial isso jamais deveria ter acontecido (Doratioto, 2008, pp. 235-236).

A família do General Osorio solicitou que o corpo fosse novamente trasladado. O provedor da Irmandade aceitou o pedido da família e seus restos mortais foram agora para a Igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, com apelo popular e missa de corpo presente acompanhada pelo Conde d’Eu, em 3 de dezembro de 1887, sendo inclusive, o caixão de Osório aberto. O corpo foi colocado em um sarcófago mandado

construir junto ao coro da igreja. Em 21 de julho de 1892, novamente o corpo de Osorio foi mudado de lugar, mas agora para o monumento em sua homenagem construído na Praça XV de novembro, onde permaneceu até seu descanso final em 19 de novembro de 1993, pela última vez trasladado, agora para o Parque Histórico Marechal Manoel Luís Osorio, em Tramandaí (RS), seu local de nascimento.

Outro ponto carregado de simbolismo são os objetos. A imagem de Sant'Ana presente na capela do asilo, acredita-se ser oriunda da igreja de Humaitá. Em um bilhete do imperador, relativo a uma de suas visitas ao asilo e datado de setembro de 1870, ele, dentre outras observações sobre o estado de coisas no asilo, afirma que “a imagem de Sant'Ana que veio do Paraguai, para onde deveria voltar, até por ter sido essa restituição lembrada lá pelo Conde d'Eu, ainda se encontra no asilo” (Museu Imperial). Alguns dias depois, em ofício de 29 de setembro de 1870, Garcez Palha, novo diretor do asilo, comunicou ao general Caldwell, ajudante-general, que devido a ordem, fosse reconduzida para a República do Paraguai a Imagem da Nossa Senhora de Sant'Ana, ficando sabendo que a mesma havia sido enviada ao arsenal para ser encaminhada ao Paraguai a 22 de abril daquele ano, no entanto, no estabelecimento havia uma imagem da mesma Senhora Sant'Ana, que pertencia originalmente à capela, e que, quando da visita do imperador, o mesmo supôs que era a imagem oriunda do Paraguai (Arsenal de Guerra, 1870). Até hoje não sabemos se de fato a imagem que está na capela da ilha realmente é a trazida de Humaitá, mas essa história é contada com orgulho por seus habitantes.

Após o ânimo inicial, as visitas ao asilo cessaram, possivelmente pela distância e por problemas de indisciplina no local, e o número de aquartelados foi diminuindo não só pelas “altas”, mas também pela urgência do Império em enviá-los novamente para suas províncias, sem contar que os custos eram elevados e a Associação Comercial não ajudava financeiramente conforme o prometido. Com a República a situação do asilo e dos asilados ficou mais difícil. Em 1893, por exemplo, foi enviada ordem para que mulheres e filhos de asilados fossem desarranchados e em 17 de abril e 22 de setembro do mesmo ano, ficaram proibidos os casamentos de asilados (Arquivo Histórico do Exército, 1893). As ilhas próximas, que faziam parte do Arquipélago do Fundão, passaram a receber o lixo oriundo da Corte já no final do Império, o que acentuou no início do período republicano. No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na sessão de Limpeza Pública, vemos documentos de concorrência pública para depósito de lixo em parte da Ilha da Sapucaia, fronteira à ilha do Bom Jesus. Um desses documentos chama atenção, pois o requerente solicita autorização para usar do lixo despejado para o cultivo de cereais, hortaliças, entre outros, que seriam enviadas à capital e oferecidas gratuitamente, como contrapartida, às casas de caridade pertencentes ao município (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1895). Cabe ressaltar que o asilo ainda recebeu inválidos de duas outras campanhas, Canudos e Contestado, conforme placa monumental existente no acesso principal ao asilo, que é mostrada atualmente aos visitantes como marco histórico da mesma.

Nada foi alterado até o ano de 1909, quando os jornais relatam um incêndio que

destruiu completamente um dos prédios que servia de alojamento para os asilados que não possuíam residência ou que não receberam autorização para construí-las, fez com que o asilo se tornasse novamente notícia. Consta que dois marinheiros revoltados com a situação do local, resolveram colocar fogo em um dos prédios, destruindo-o completamente. O fogo iniciou por volta de 1 da manhã, tendo cessado somente por volta das 4 horas; dos dois “criminosos”, somente um foi preso, e o outro cometeu suicídio, seu corpo (ou o que sobrou dele pelos relatos), foi encontrado carbonizado horas depois (A Notícia, 1909).

Após esse triste evento a Revista de variedades Kosmos, tendo como articulista Leal de Souza, fez uma grande matéria sobre o asilo e a Ilha do Bom Jesus. Além de diversas fotografias, inclusive de asilados ainda remanescentes da Guerra da Tríplice Aliança, posando com seus fardamentos, a Revista traçou um panorama histórico bem interessante da evolução do asilo. Em uma das fotos mostra um prédio em ruínas enfatizando que ali estava o Museu Militar, além do alojamento que fora atingido pelo incêndio.

A reportagem alimenta a ideia de D. Pedro II como “monarca magnânimo” e que, durante o Império o asilo viveu seus áureos dias, com as relíquias da guerra, escolas, oficinas e afins. A República, segundo articulista, não olhou para o asilo com o mesmo zelo, inclusive mencionando a questão do lixo que levava uma “vizinhança imunda, sob negras nuvens de moscas” (Revista Kosmos, 1909). Mencionou ainda o estado de ruína dos prédios, principalmente da igreja, que naquele contexto servia de alojamento e estava com sua nave coberta de camas, e comentou do tratamento dispensado aos restos mortais dos heróis, comparando-os a forma como são tratados no *Hotel des Invalides* em Paris. Leal chegou a conversar com os inválidos do Paraguai, que a esta altura não chegariam a uma dezena, e percebeu neles uma admiração à monarquia que, segundo eles, se preocupava com os inválidos, relembrando as visitas da família imperial, notadamente da Princesa Isabel (“plena de bondade meiga”) e do Conde d’Eu (“que os amava”) e do próprio imperador (“de pródiga generosidade”). Leal assim descreveu os inválidos:

Exaustos, olvidados na merencória solidão onde jazem, estes heróis não seguiram a marcha dos homens válidos, e, desconhecendo o Brasil moderno – estrangeiras na Pátria, as suas almas antigas vivem exiladas na era nova. Os seus ouvidos, fechados a todos os incômodos rumores de nosso tempo, escutam, surdo, em ecos renovados, o fragor das batalhas soberbas, e os murchos olhos, cegos para as coisas vivas do presente, apenas veem, nas paisagens mortas de Outrora, as massas épocas dos guerreiros. Não se individualizam nas façanhas evocadas e conservam-se, narrando-as, no seu posto anônimo nas filas dos batalhões. Reconstituindo a tela rota do lustro heroico, os seus abatidos corpos rejuvenescem; movem-se leves, com agilidade airosa e moça. Álacres, em voz agora vibrantes, encandeiam os episódios. (Revista Kosmos, 1909).

O Museu Militar

A criação dos museus históricos deriva do século XVIII a partir das novas formas de encenação dos espaços de recordação, servindo também a ideia de construção ou reafirmação de uma identidade nacional. Para Márcia Mansor D'Alessio, citando a reflexão de Pierre Nora relativa a construção nacional francesa no período imediatamente posterior ao processo revolucionário,

Os objetos, incorporados à noção de patrimônio, dão existência material ao passado, ou seja, provam concretamente que o passado existiu, evidência que incide sobre o sentimento identitário; e, finalmente, a preocupação com obras de arte revela uma relação entre cultura e nação e mostra que a invenção de um passado maravilhoso, para além de uma necessidade ideológica, é também, e talvez, sobretudo, a busca envaidecida de referenciais comuns de um grupo-nação em momentos de construção/reconstrução. A criação de museus, a partir do século XVIII, tem, segundo o autor, uma vocação pedagógica, qual seja, formar o gosto contemporâneo e, poderíamos acrescentar, comum e nacional (D'Alessio, 2012, pp. 81-82).

As coleções dispostas em um museu nos sugerem indícios sobre as relações existentes entre a construção de formas de representação de temáticas e sujeitos e a formação de acervos de cultura material, a partir do momento em que concebemos como um processo social a atribuição de determinados significados, que ocorre desde a seleção de objetos até a construção de discursos sobre a cultura material, enquanto patrimônio cultural, digno de ser “preservado” no espaço museal. Neste sentido, os objetos “não apenas demarcam ou expressam posições”, mas “organizam ou constituem o modo como os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e status” (Gomes, 2010, pp. 42-55). Os museus, portanto, constituem uma nova narrativa, a partir dos objetos que selecionam.

Segundo Lilia Schwarcz, “a partir do fim do século XIX (e até meados da década de 1920), inicia-se o período de apogeu de um tipo de Instituição que passará a cumprir papel cada vez mais relevante enquanto local de ensino e produção científica” (Schwarcz, 2001, p. 21). É a chamada “era dos museus”, mas que obteve seu apogeu no Brasil, com criação de regras de funcionamento e promoção de cargos e pesquisas específicas, somente a partir de 1890. Nesse sentido, o Museu Militar dos feitos da Guerra do Paraguai, seria uma disposição não científica, mas de exaltação e ênfase na identidade nacional, bem como, na política do Império. A tarefa de recensear e homenagear os grandes, e porque não, as grandes histórias do Império, cabia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O texto inaugural de Martius em nome do IHGB, já definia a necessidade de se escrever não somente a história do Brasil, mas principalmente sua história (Izeczohn, Castro & Kraay, 2004, p. 13). Araújo Porto-Alegre afirmou ainda que

Quando os nossos legisladores decretarem um pantheão, não digo um

edifício suntuoso, mas um lugar sagrado e decente, onde se recolham os restos mortais de nossos beneméritos, onde o paisano repouse a par do general, e que nesse lugar, em dia marcado, vá o Imperador derramar flores sobre essas sepulturas singelas, o brasileiro verá que o ouro não é a única recompensa da terra, e que acima dele está a pobreza de um José Bonifácio de Andrada, a de um Visconde de Cayru, de um São Leopoldo, de um Padre Caldas, de um franciscano, ou de um músico como José Maurício (Enders, 200, p. 46).

Poucos trabalhos se debruçam a pesquisar a instalação de um museu específico relativo aos feitos na guerra contra o Paraguai, acredita-se que pela falta de fontes conhecidas, mas nas pesquisas realizadas sobre o asilo de inválidos da pátria, no desenvolvimento do projeto do mesmo nome, foram encontrados indícios daquilo que seria uma tentativa de criação para o fato. José Neves Bittencourt, em tese defendida pela Universidade Federal Fluminense, pesquisou a formatação dos Museus no Brasil do século XIX. O sétimo capítulo, em especial, procurou analisar e discutir a estrutura e o acervo do Museu Militar do Arsenal de Guerra, o qual, segundo o autor, contribuiu com material importante relativo à guerra para o acervo do posteriormente criado Museu Histórico Nacional. Uma questão se tornou importante nesse texto: o autor analisa o Museu do Arsenal de Guerra, mas alguns dos documentos utilizados não se referem somente ao Museu do Arsenal, e sim ao Museu da Ilha do Bom Jesus. Segundo Bittencourt, o Museu do Arsenal de Guerra teria sido criado em 1865 com a finalidade de receber troféus e relíquias relacionadas à história do Exército Nacional (Bittencourt, 1997, p. 211). Não seria de se estranhar a criação de um Museu dedicado aos “troféus de guerra”, exatamente no mesmo período em que se iniciava o maior conflito armado da América do Sul: a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

O Decreto de criação, publicado no Relatório do Ministério da Guerra em 19 de dezembro do ano de 1865, afirmava que (Império, 1865):

Art. 1º - haverá no Arsenal da Corte uma ou mais salas onde serão depositados:

As armas de todas as espécies, notáveis por qualquer circunstância ou por sua antiguidade de fabrico, ou por terem sido tomadas ao inimigo, troféus e relíquias;

Reparos, viaturas, bocas de fogo, projéteis e instrumentos de artilharia, de qualquer calibre ou espécie, também notáveis pelas circunstâncias acima referidas.

Interessante perceber que, ao menos a princípio, o Museu teria um caráter pedagógico servindo praticamente ao público restrito militar, como forma de ensino e instrução, ainda que situado em salas do Arsenal de Guerra da Corte. Em qual momento o Museu é “transferido” ou “montado” na Ilha do Bom Jesus? Esse dado ainda é difícil de determinar, mas podemos afirmar que, de acordo com o retorno das tropas e a chegada de material proveniente da guerra esse Museu foi sendo formado. Os relatórios do Ministro da Guerra nos ajudam a perceber este fato.

Na leitura desses relatórios, pode-se traçar uma cronologia simples a fim de compreender como foi o processo de organização do Museu. O relatório do ano de 1871, já afirmava sobre a necessidade de se criar um Museu Militar para acondicionar os troféus alcançados no campo de batalha. O interessante é perceber que o item “Museu Militar” está dentre o relatório destinado ao estudo do Asilo dos Inválidos da Pátria, ou seja, não mais pertencente ao Arsenal de Guerra, mas agora situado na Ilha do Bom Jesus (Império, 1871). Já no relatório de 1872, menciona a urgência de se achar um lugar mais apropriado e central para alocar o material, inclusive as bandeiras “tintas ainda de glorioso sangue”, “acrescentar uma biblioteca militar, são meios de dar amplidão àquilo que se acha apenas iniciado” (Império, 1872). No Relatório de 1874, volta a mencionar o péssimo estado do Museu, este situado no Arsenal, o que nos leva a crer a existência simultânea de dois depositórios dos troféus de guerra (Império, 1874). O ano de 1877, aparece como revelador desse “mistério” sobre a localização exata do Museu. Ainda utilizando o Relatório do Ministro da Guerra, já é mencionado o Museu “que se achava mal situado no edifício do Arsenal de Guerra da Corte, foi dali transferido para o Asilo de Inválidos da Pátria onde ocupa salas convenientemente preparadas para esse fim” (Império, 1877). Portanto, este parece ser o ponto crucial da transferência do Museu Militar para o Asilo, mudança essa simbólica devido a importância daquela Instituição como símbolo da vitória das armas brasileiras no conflito, então nada mais “justo” que colocar os troféus próximos de quem os obteve.

Nos Relatórios dos anos seguintes existe uma preocupação com o estado do prédio e das acomodações, tanto dos asilados, quanto do próprio Museu. Quando examinamos os relatórios dos anos da década de 1880, vemos que em praticamente todos eles, o estado do Museu e sua disposição se torna ponto de elogio do Ministro (Império, 1884). Um detalhe chamou a atenção no ano de 1886, a Associação Comercial começa a não querer mais efetuar os pagamentos referentes ao Asilo e, por consequência, ao Museu, passando a administração de alguns pontos do Asilo e Ilha para administração direta do Império, que neste momento, não tem formas de custear a manutenção efetiva do espaço e de suas especificidades. No ano de 1889 ele será transferido da Ilha do Bom Jesus para uma das salas da Escola Militar, situada na Praia Vermelha, sendo inaugurado em 02 de janeiro. Segundo o Relatório, essa transferência proporcionaria a visitação do público, visto que as “coleções não podiam ser visitadas e estudadas pela distância em que está aquele estabelecimento” (República, 1891, p. 34).

A passagem do sistema monárquico para a República também vai alterar a formatação do Museu Militar. No jornal Diário de Notícias, de 27 de junho de 1890, já noticia a visita realizada pelo então presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca à Escola Militar, vistoriando sua Biblioteca e o Museu Militar; em 7 de julho de 1895 é noticiada a transferência do caixão contendo o corpo do Marechal Floriano Peixoto para o Museu Militar da Praia Vermelha (Diário de Notícias, 1890). Mas tudo leva a crer que nem todo o acervo foi transferido, pois o Almanak Laemmert ainda marcava a permanência do Museu Militar na Ilha do Bom Jesus, note-se que não menciona mais Asilo de Inválidos da Pátria (Almanack Laemmert, 1898).

Coube à imprensa periódica em 1904, realizar uma cobrança relativa ao Museu e seu acervo, o que lança uma luz sobre essas transferências. Sob o título de “Que é feito do Museu do Exército?”, a “Revista Mensal para a divulgação de todos os assuntos que interessem a civilização no Brasil”, O Comentário, mapeia exatamente a situação naquele momento. Ele afirma que, citando a lei de criação e os artigos referentes aos troféus de guerra que deveriam constar de seu acervo, “por falta de acomodações no Arsenal de Guerra passou-se o Museu para o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus, donde foi trasladado para a Escola Militar da Praia Vermelha, e aí solenemente inaugurado em 2 de janeiro de 1889”, e continua (O Comentário, 1904):

De então em diante nada mais se sabe pelos relatórios do Ministério da Guerra. Apenas o jornal do Commercio de 24 daquele mês e ano dá uma notícia da inauguração. Era então Ministro da Guerra Thomaz Coelho de Almeida, comandante da Escola José Clarindo de Queiróz, e major ajudante João Vicente Leite de Castro a quem o jornal se refere com elogio pelos esforços que fez para reunir e ordenar todo o material histórico. Figuravam no Museu bandeiras e caixas de guerra tomadas aos holandeses, argentinos e a orientais; espadas da guarda de honra de D. Pedro I e dos dragões de São Paulo; antigos e toscos arcabuzes de mecha e croqui [...] uma bandeira de seda e ouro que haviam oferecido “*al benemérito mariscal Solano Lopez, las hijas de La pátria;*” menciona diversos objetos oriundos da Guerra contra o Paraguai, os chamados “troféus de guerra”.

E ao final questiona “onde estará, também, um álbum dos oficiais do exército da guarnição do Rio Grande do Sul exprimindo suas adesões ao trono por ocasião do imperador ter sido o alvo de um tiro!”, e conclui dizendo (O Comentário, 1904):

Continua-se dizer que somos um povo sem história. História temo-la, é escrita com sangue de mártires e de heróis; o que não temos é cultura para guardar, conservar e amar tudo quanto do nosso passado há de falar ao nosso povir. O desaparecimento do Museu do Exército é um dos muitos crimes da República, com tanto ardor esperada, com tanto afeto recebida e que tem faltado a todas as suas promessas de Ordem e Progresso.

Em 1911 uma nova tentativa de criação efetiva de um Museu Militar no recém-criado Club Militar. Em matéria da edição vespertina do *Jornal do Commercio*, publicou o seguinte:

Em toda parte os troféus de guerra, os objetos ligados às tradições das glórias militares são guardados como relíquias preciosas em edifícios monumentais. Nós, porém, não temos o sentimento exato da grandeza do nosso passado: não conservamos viva a imorredoura, a lembrança do heroísmo, da abnegação, e do sacrifício dos nossos maiores que, com a imolação de suas vidas, nos legaram a imensa, rica e formosa terra em que habitamos.

E prossegue (Jornal do Commercio, 1911):

Os nossos filhos, não tem o espetáculo patriótico e grandioso, de um museu

militar onde estejam expostas as bandeiras tomadas ao inimigo; as armas, os canhões, as cornetas e os tambores arrebatados em refrega cruenta e heroica; os objetos: espadas, uniformes, etc. que usaram os generais que nos souberam conduzir a vitória. Somos um povo que não ama os seus maiores, que não admira o heroísmo dos seus avós, que não revive, em sua alma, as suas condições de glória. O Club Militar vai juntar o que por ai existe espalhado, e que são documentos vivos da nossa história. [...] A geração presente temperará, então, seu patriotismo, contemplando as relíquias representativas das nossas glórias passadas. E ninguém mais ouvirá falar na irrisória propaganda da restituição dos troféus ao Paraguai.

O que podemos perceber após a leitura do texto é que devido a uma pressão externa, a solicitação de devolução dos chamados “troféus de guerra”, é que se repensa a necessidade de um Museu Militar para armazenamento da memória “dos avós” que pode acabar se perdendo por estar esse acervo “espalhado”. Caberia então ao Club Militar a iniciativa, mas que acabou não sendo concretizada. A reunião de grande parte do material, os “troféus de guerra”, presentes no extinto museu da Ilha do Bom Jesus, só seria realizada anos depois, a partir de 1922, no então criado Museu Histórico Nacional, sob chefia de Gustavo Barroso que desde 1912 publicava artigos nos jornais da capital ressaltando a importância do chamado “culto da saudade”.

O Projeto

Em 2018, o Asilo dos Inválidos da Pátria completou 150 anos da sua inauguração. Na intenção de comemorar a efeméride e dar continuidade ao ciclo de estudos da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai em desenvolvimento, desde 2014, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), por intermédio do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), implementou o projeto “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil” na intenção de estudar e pesquisar o funcionamento do AIP, no período da criação até a sua extinção (1868 a 1976), produzindo uma memória física através dos acervos museológicos e um conhecimento específico, aliado à preservação do sítio histórico do Ilha de Bom Jesus, tornando-o um espaço de ensino não formal e de uso turístico-cultural.

No seu detalhamento o projeto objetivou a criação de uma estrutura física e de pessoal, na área do AIP e do sítio histórico da Ilha de Bom Jesus, que permita o uso do patrimônio histórico-militar lá existente, de forma metodologicamente integrada, para fomentar o desenvolvimento cultural no âmbito da Guarnição Militar do Rio de Janeiro. Além disso, foi de fundamental importância empregar ferramentas modernas de capacitação de pessoal, de comunicação social e de preservação e divulgação da memória e do patrimônio histórico, configuradas nas ações de revitalização das instalações do AIP a partir de um levantamento dos dados pertinentes ao seu funcionamento considerando os ex-combatentes da Guerra da Tríplice Aliança, Canudos

e do Contestado, a fim de viabilizar o seu uso turístico-cultural. Assim, pretende-se criar as melhores condições de replicação do conhecimento gerado, facilitando e incentivando o acesso da sociedade ao espaço cultural a ser criado em consequência dessas ações.

Como resultado essas ações proporcionarão um aumento na percepção da importância daquele espaço de recordação e conhecimento por parte do público interno e externo, as tradições e da própria história nacional e ainda resultará em um aumento no número de pesquisas sobre o Asilo de Inválidos da Pátria e sua história, bem como, um acréscimo no número de visitantes ao espaço, na condição de Centro de Memória. Cabe ressaltar que o projeto, na perspectiva de ampliar o conhecimento do grande público relativo ao patrimônio histórico ali presente e a necessidade de sua preservação, produziu ainda um livro de caráter mais acadêmico, com diversos olhares sobre o espaço, além de uma obra para o público escolar infanto-juvenil, a partir da memória de um morador antigo da ilha, que perpassa interessantes períodos históricos da mesma, e que ressalta a importância da memória.

Considerações finais

Em 2 de dezembro de 1881, o então diretor da Biblioteca Nacional Benjamin Franklin de Ramiz Galvão promove uma exposição a fim de apresentar ao público “tudo que concerne à História Pátria” (Jornal do Comércio, 1881). Além de documentos e objetos pertencentes ao acervo da Instituição, as salas do prédio foram ocupadas por materiais oriundos de coleções privadas e de outras Instituições. Em seu discurso de abertura Ramiz Galvão, além de explicitar o objetivo da mesma, afirma que “um povo sem história é uma sombra que passa, não é um marco que fica; [...] é uma dúvida, não é um fato sociológico” (Jornal do Comércio, 1881). Sem entrar no debate teórico de sua fala, o que Ramiz Galvão deixa claro é a importância da valorização da história. Nesse sentido, ampliamos a sua fala, afirmando sobre a importância da valorização do patrimônio histórico como forma de preservação dessa história.

E de que forma podemos pensar nessa valorização? A partir, principalmente de ações afirmativas de educação patrimonial que ressaltem a importância da experiência e que façam sentido ao visitante, para que, desta forma, se apropriem de todo o espaço, com a noção de que é inerente à sua própria história.

Ao pensar na questão relacionada com a experiência, Reinhart Koselleck (2014, p. 53) afirma que

Tecnicamente a guerra termina com o cessar fogo. Com isso, muda o *status* da consciência desse conflito. A experiência de guerra se transforma em memória. No entanto, a memória não é uma grandeza estável que continua a atuar de forma imutável. Ela está sujeita aos efeitos da guerra, que podem condicionar, recalcar e canalizar a memória, transformando as lembranças que se têm dela. Muitas coisas são esquecidas, outras permanecem fincadas na consciência como um espinho. Muitas coisas são recalçadas, outras são

glorificadas. A guerra produz consequências que agem como um filtro entre as recordações e a consciência. Quando, então, analisamos seus efeitos sobre a consciência coletiva, precisamos diferenciar entre os efeitos causados pela guerra ainda durante sua ocorrência e os efeitos que devem ser considerados como posteriores.

O espaço da Ilha do Bom Jesus, notadamente o Asilo de Inválidos da Pátria e o Museu Militar, entrariam nessa perspectiva de Koselleck, pois aquele espaço representaria a chamada “experiência de guerra”, e também seus efeitos sobre os homens. Valorizar o patrimônio que chegou até nós, poderia ser uma forma não de ressaltar um conflito, mas de valorizar a memória daqueles que dela fizeram parte, como atores praticamente invisíveis da história.

Este artigo se propôs a recontar uma história que para muitos ainda é desconhecida, mas também ressaltar a necessidade de um olhar mais atento ao nosso patrimônio histórico, bem como ações educativas que possibilitem a apreensão do conceito de preservação por meio da educação patrimonial. O aproveitamento do seu espaço físico, como ambiente de ensino-aprendizagem, pode dar aos visitantes em geral a oportunidade de aprender no terreno a geografia, a história, a fauna, a flora e a arquitetura das edificações ali presentes, bem como compreender a necessidade de preservação do patrimônio que pertence a todos nós e possibilitar às futuras gerações o conhecimento de sua própria história.

Referências

- A Notícia (25 de janeiro de 1909). Biblioteca Nacional.
- Almanak L., (1898). Biblioteca Nacional.
- Arquivo Histórico do Exército. (1892-1930). Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP.
- Arquivo Histórico do Museu Imperial. Documento 2289/77-144-7043
- Arsenal de Guerra (1869). IG7 358. Arquivo Nacional.
- Arsenal de Guerra. Administração. Ajudante General (1870). IG2 22. Arquivo Nacional.
- Assmann, A. (2011). *Espaços da recordação: Formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp.
- Bessone, T. M. T. (1999). *Palácio de destinos cruzados: Homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Bittencourt, J. N. (1997). *Território largo e profundo: Os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial (1808-1889)*. Niterói, UFF. Tese de doutorado.
- Brasil. (1831). *Coleção das Leis do Brasil de 1831*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- Brasil. (1864). *Coleção das Leis do Brasil de 1841 – tomo IV/ parte I*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- Brasil. (1867). Ministério da guerra. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na*

- Primeira Seção da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá.* Tipografia Nacional, Rio de Janeiro.
- Brasil. (1891) *Coleção das Leis do Brasil de 1810.* Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- Brasil. (1891). *Coleção das Leis do Brasil de 1815.* Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- Canclini, N. (1994). O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. In *Revista do IPHAN – Cidades*, nº 23, Rio de Janeiro: IPHAN/ MinC.
- Carvalho, J. M. (1998). *Pontos e bordados: Escritos de história e política.* Editora UFMG.
- Castro, C., Izecksohn, V., & Kraay, H. (org.). (2004). *Nova História Militar Brasileira.* Rio de Janeiro: FGV editora.
- Carqueira, D. (1979). *Reminiscências da campanha do Paraguai.* Rio de Janeiro: Bibliex.
- Chagas, M. (2002). As oficinas educativas do Museu Casa de Rui Barbosa – patrimônio cultural, memória social e museu: Estímulos para processos educativos. In *Jornadas museológicas sobre museus-casa. Papéis avulsos*, nº 43. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Da Silva, H. R. (2002). Rememoração/comemoração: As utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, 22 (4).
- Diário de Notícia. (1890). 27 de junho de 1890. Biblioteca Nacional.
- Doratioto, F. (2003). *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai.* São Paulo: Cia das Letras.
- Doratioto, F. (2008). *General Osorio.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Duarte, P. Q. (1892). *Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai.* Rio de Janeiro: Bibliex, volume 2 tomo I.
- Duarte, P. Q. (1988). *Sampaio.* Rio de Janeiro: Bibliex.
- Enders, A. (2000). O plutarco Brasileiro: A produção dos vultos nacionais no segundo reinado. *Estudos Históricos*, 26, São Paulo.
- Estatuto da Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria. (1867). Biblioteca Nacional.
- Farias, J. A. (2004). *História da sociedade Cearense.* Fortaleza: Livro Técnico.
- Gomes, A. A. O. (2010). A construção social da memória e o processo de resignificação dos objetos no espaço museológico”. In *Museologia e Patrimônio*, 3(2).
- Gomes, M. A. M. (2007). *A espuma das províncias - Um estudo sobre os inválidos da pátria e o asilo dos inválidos da pátria, na corte (1864-1930).* Tese de doutoramento. São Paulo: USP.
- Guimarães, C. G. (2007). A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: O caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, 2(3).
- Halbwachs, M. (1950). *La mémoire collective.* Paris: PUF.
- Honorato, M. C. (1869). *Descrição topográfica da ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria.* Typografia Americana: Rio de Janeiro.

- Império. (1865). *Relatório do Ministério da Guerra*.
- Império. (1871). *Relatório do Ministério da Guerra*.
- Império. (1872). *Relatório do Ministério da Guerra*.
- Império. (1874). *Relatório do Ministério da Guerra*.
- Império. (1877). *Relatório do Ministério da Guerra*.
- Império. (1884). *Relatório do Ministério da Guerra*.
- Jornal do Commercio. (1881). 3 de dezembro de 1881. Biblioteca Nacional.
- Jornal do Commercio. (1911). 22 de setembro de 1911. Biblioteca Nacional.
- Koselleck, R. (2014). Efeitos diacrônicos das guerras na consciência. In *Estratos do Tempo. Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio.
- Ministério da Guerra. (1865). *Arsenal de guerra*. IG7 383. Arquivo Nacional.
- O Comentário. (1904). Biblioteca Nacional.
- Pinto, D. C. S. (2015). Etnografia de espaços estatais: Os nomes das ruas da cidade de São Paulo. *Ponto Urbe* [Online], 16. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/2702>
- República. (1891). Relatório do Ministério da Guerra.
- Revista Kosmos. (1909) Ano VI, volume I. Biblioteca Nacional.
- Ricoeur, P. (1996). Entre mémoire et histoire. In *Projet*. Paris: número 248.
- Rodrigues, C. (2005). *Nas fronteiras do além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Salles, R. (2003). *Guerra do Paraguai: Memórias e imagens*. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro.
- Salles, R. (2010). A Guerra do Paraguai, a “questão servil” e a questão nacional no Brasil (1866-1871). In Marco Pamplona e Ana Maria Stiven (org). *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Schwarcz. (2001). Lilia Moritz. *O Império em procissão: Ritos e símbolos do segundo reinado*. Rio de Janeiro: J. Zahar.